

CIBEC/INEP



B0005003

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

# DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO

316.356(81)  
823d

**Presidente da República Federativa do Brasil**

Ernesto Geisel

**Ministro da Educação e Cultura**

**Ney Braga**

# **DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO  
Brasília, DF – 1975**

# Roteiro

- 1.** DESENVOLVIMENTO.
- 2.** EDUCAÇÃO.
- 3.** ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO - MERCADO DE TRABALHO
- 4.** O SISTEMA DE ENSINO-
- 5.** PAPEL DA UNIVERSIDADE - ENSINO E PESQUISA EM NÍVEL SUPERIOR.
- 6.** O ENSINO DE 2º GRAU.
- 7.** O ENSINO FUNDAMENTAL.
- 8.** A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR.
- 9.** A ATUAÇÃO SUPLETIVA.
- 10.** CULTURA E DESPORTO.
- 11.** I HUMANISMO E EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA.

# 1.

## DESENVOLVIMENTO.

Todos sabemos que o mundo de hoje está voltado para o anseio pelo desenvolvimento. Este deve ser conceituado hoje como abrangendo, além do econômico, os aspectos sociais e espirituais do ser humano. É, assim, um processo global, integrado, de mudança social, que supõe um crescimento econômico cumulativo, auto-sustentado, diferenciado e irreversível, compreendendo permanente aproveitamento e fortalecimento de todas as potencialidades nacionais. O verdadeiro desenvolvimento compreende, portanto, o desenvolvimento dos elementos básicos constituintes da própria Nação, ou seja, o homem, a terra e as instituições. Assim sendo, temos:

- a) um processo de permanente aperfeiçoamento dos atributos físicos, intelectuais e espirituais do homem, partícipe e beneficiário da sociedade;
- b) uma utilização crescente dos recursos naturais e da produtividade do País, bem como do fortalecimento de sua integridade territorial;
- c) um aperfeiçoamento progressivo das instituições nacionais através das quais esse processo possa ser incentivado e conduzido.

Esse processo de mudança social abrange transformações de natureza sociológica: profissionais, ambientais, familiares, sociais, culturais, visando a criar o bem-estar do homem brasileiro, considerado na sua integridade, respeitada a sua dignidade e as suas características peculiares.

Busca-se assim a melhoria da "qualidade de vida", que compreende também os valores espirituais e morais inerentes à própria natureza humana, que, aliados à fé no próprio destino, permitem à sociedade desenvolver-se plenamente.

Há casos de países que, tendo atingido um elevado grau de crescimento econômico, contêm, contudo, em seu bojo graves situações de injustiça e discriminação.

Por outro lado, é evidente que sem um ambiente de segurança não haveria possibilidade de desenvolver-se um efetivo progresso social e econômico. diversos os indicadores utilizados para caracterizar o estágio de desenvolvimento de um país: a renda "per capita", os níveis de nutrição, a produtividade do homem/hora, a distribuição da renda nacional, os níveis de instrução e a população economicamente ativa, entre outros, bastante conhecidos. os esses fatores estão diretamente ligados à educação. Como veremos adiante, é óbvia a importância da educação no proporcionar, sustentar e acelerar o desenvolvimento e aperfeiçoar os próprios instrumentos de segurança. Nesta exposição vou ater-me à análise do papel da educação, mais estritamente dentro do que cabe ao Ministério.

## 2. EDUCAÇÃO.

É através da educação que se propiciam ao homem as condições para o atendimento de suas aspirações de criatura livre e responsável e para a satisfação das necessidades sociais, obtida a plena realização do ser humano através do uso de bens materiais e culturais.

Reconhecemos, assim, na educação uma interação: de um lado, os conhecimentos e hábitos adquiridos; de outro, os padrões de comportamento social estabelecidos; ambos agem dentro de um sistema de valores aceito pela comunidade. Dentro desse prisma, a educação não se processa apenas na escola, mas também no ambiente social em que age, e é influenciada, cada pessoa. A própria família, a associação religiosa, o clube social ou esportivo, o ambiente de trabalho, os veículos de comunicação social, todos educam ou deseducam.

Deve-se educar, por conseguinte, em primeiro lugar, para que o homem seja uma pessoa. Ele quer ser (inclina-se naturalmente a isso, frustra-se se não conseguir) uma parcela atuante, benéfica, reconhecida, vitoriosa, na comunidade em que vive. Em segundo lugar, para que a sociedade se beneficie da atuação do homem favorecido pela educação. Em resumo, seus objetivos são:

- a) a auto-realização individual;
- b) a qualificação para o trabalho;
- c) o exercício consciente da cidadania.

A educação, é, ao mesmo tempo, semente e fruto do desenvolvimento. A educação acelera o desenvolvimento e é por este beneficiada, podendo aperfeiçoar-se ainda mais. A educação pode ser considerada como base para o aumento do Poder Nacional.

Há, portanto, um estreito inter-relacionamento entre a atuação dos fatores educativos e os elementos do Poder Nacional seja no aspecto econômico propriamente dito, seja nos aspectos sociais, institucionais ou nos de segurança, evidenciando ao longo desta conferência.

Estudos recentes, como o do Prof. Carlos Langoni, da Fundação Getúlio Vargas, revelam que os investimentos em educação explicam 30% do crescimento

do produto no período de 1960/1970. Note-se que se atribuem aos investimentos convencionais em capital físico (máquinas, equipamentos e construções) apenas 32% do crescimento do produto real.

É de se ressaltar, além do mais, que as características do mundo rapidamente mutável de hoje exigem uma educação que leve ao desenvolvimento do raciocínio e à compreensão da realidade social, de modo a propiciar uma adequada escolha do "uso do futuro": o futuro que se pretende propor e alcançar em benefício da comunidade.



### 3.

#### ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO - MERCADO DE TRABALHO.

As medidas que vem tomando o governo do Presidente Ernesto Geisel, coadjuvadas pela participação nacional, vêm possibilitando ao País, apesar das contingências difíceis da economia universal, um grande passo para o nosso progresso.

Procurando adequar sua atividade aos imperativos do desenvolvimento, em termos práticos, conjugadamente com a atuação dos demais setores do governo, criamos no Ministério uma assessoria especialmente encarregada de levantar as perspectivas da demanda de recursos humanos para os grandes pólos do desenvolvimento.

Consideram-se, por enquanto, para esse fim dez regiões selecionadas para acompanhamento das necessidades educacionais (fig. 1), a nível de 2º grau e ensino superior:

**1) Amazônia**

Mineração: bauxita, na região do Trombetas, e minério de ferro, na serra dos Carajás. Usina hidrelétrica de Tucuruí. Incentivo à produção madeireira, à pecuária, agricultura e à construção de vias de transportes na região da SUDAM.

**2) Maranhão**

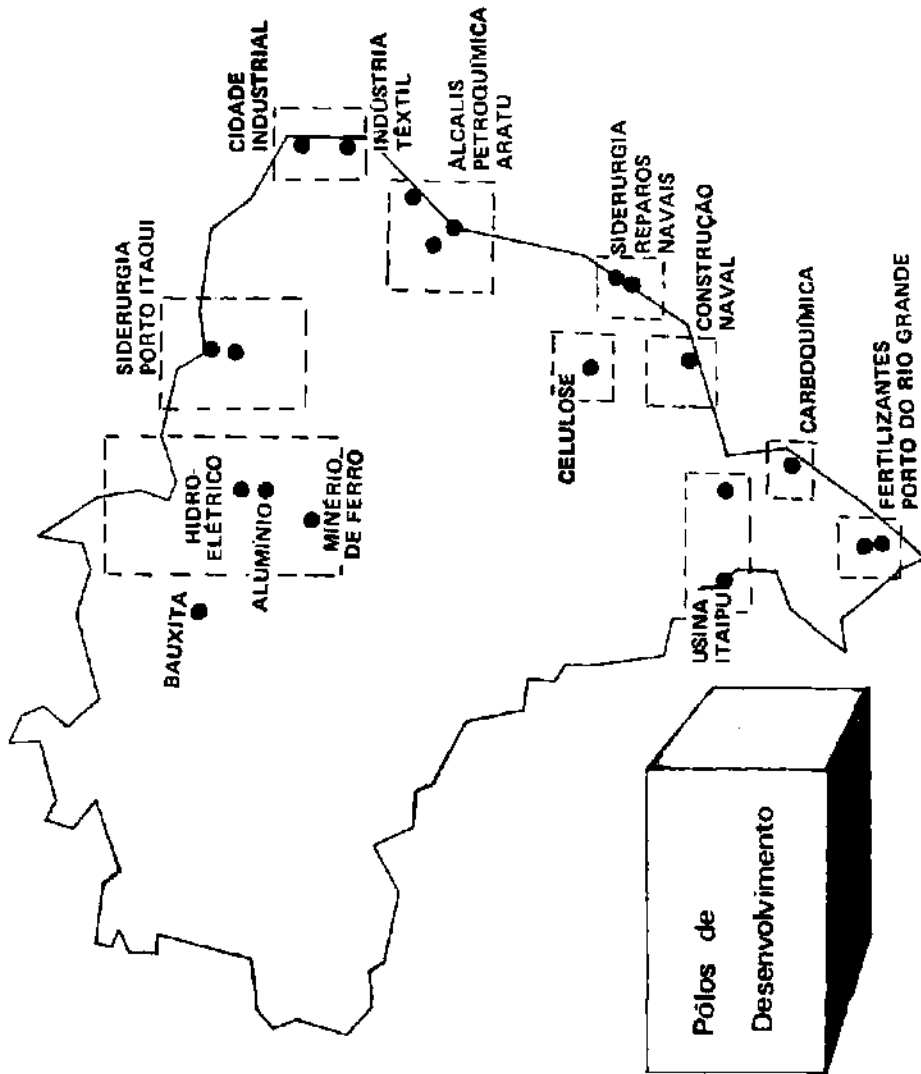
Usina siderúrgica e porto de Itaqui.  
Ferrovia Carajás-Itaqui.

**3) Pernambuco**

Distrito Industrial de SUAPE  
(Indústria têxtil).

**4) Bahia**

Pólo petroquímico do Nordeste.



Distrito Industrial de Camaçari.  
Centro Industrial de Aratu.

- 5) **Espírito Santo**  
Siderúrgica de Tubarão.  
Centro de reparos navais.  
Obras portuárias.
- 6) **Rio de Janeiro**  
Construção naval.
- 7) **Minas Gerais**  
Produção de celulose (CENIBRA).  
Ferrovia do Aço (Belo Horizonte—São Paulo).
- 8) **Paraná**  
Hidrelétrica de Itaipu.  
Cidade Industrial de Curitiba e Refinaria de Araucária.  
Usina de xisto betuminoso de São Mateus.
- 9) **Santa Catarina**  
Complexo carboquímico de Santa Catarina.
- 10) **Rio Grande do Sul**  
Produção siderúrgica de Charqueadas.  
Programa de fertilizantes da Petroquisa.

As necessidades de técnicos de nível médio e superior nos próximos anos estão colocadas em comparação com a capacidade de escolas técnicas e superiores das respectivas regiões, a fim de preparar-se em tempo o suprimento de recursos humanos.

Paralelamente, fazem-se entendimentos com os diversos Ministérios para colher subsídios visando a criação de cursos superiores de curta duração e setores vitais de incentivos à pós-graduação.

Além do programa para a formação de pessoal para energia nuclear, em cooperação com o Ministério das Minas e Energia e Conselho Nacional de Pesquisa, já em fase de execução, foi também, concluído completo e detalhado estudo sobre a formação e utilização dos recursos humanos na área da saúde. Esse estudo foi realizado por equipe técnica integrada dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Previdência Social, além de universidades e instituições de ensino superior especializadas. Esses levantamentos levam em conta também as futuras necessidades que se possam presumir para a iniciativa privada, principalmente na área dos incentivos e estímulos governamentais.

## **4. O SISTEMA DE ENSINO.**

A Constituição de 1946 atribuiu ao governo federal a competência de legislar sobre as diretrizes e bases da educação, e cometeu às unidades federadas a responsabilidade de organizar seus sistemas educacionais. Uma parcela do poder normativo, que no plano federal ficou com o Conselho Federal de Educação, foi igualmente transferida para os Conselhos Estaduais de Educação. Foi assim montado um sistema educacional articulado, que progressivamente se aperfeiçoa.

O Ministério atém-se à incumbência normativa e orientadora, conservando a atividade educacional em nível superior, através de uma rede básica de universidades federais. O ensino dos outros níveis, ou seja, de 1º e 2º graus, pertence hoje à esfera do sistema estadual de ensino. A permanência de algumas escolas desses níveis em mãos do Governo Federal, como as escolas técnicas, escolas agrícolas e Colégio Pedro II, é puramente circunstancial.

Não se prevê um sistema municipal de ensino; o sistema é o estadual. Cabe, entretanto, a participação do município no sistema de ensino estadual, atendendo prioritariamente o ensino de 1º grau em sua jurisdição.

A inspeção e a supervisão do ensino de 1º e 2º graus são, assim, tarefas estaduais, apoiadas pelo Ministério.

## 5.

### **PAPEL DA UNIVERSIDADE - ENSINO E PESQUISA EM NÍVEL SUPERIOR.**

A universidade é reconhecida, hoje, como o centro motor da sociedade desenvolvida. Se a sociedade não for alimentada de competências técnicas e científicas, comprometer-se-á a sua própria condição de sociedade desenvolvida.

Cumpra ressaltar, ainda, que determinados setores de pesquisas são mais importantes nos países em desenvolvimento do que nos desenvolvidos, eis que lhes competem o descobrimento e o desenvolvimento de métodos adequados à exploração de riquezas naturais e às demais atividades produtivas nacionais.

A renda relativa (fig. 2), por nível de escolaridade, demonstra também o alto índice de elevação da renda em decorrência do grau universitário. Em 1969, Simonsen e Langoni colheram índices de renda relacionados com o grau de escolaridade, por onde se vê que um profissional com curso superior obtém, em média, renda quase quatro vezes maior do que a daquele que apenas concluiu o 1º grau, e mais do dobro em relação ao que concluiu o 2º grau.

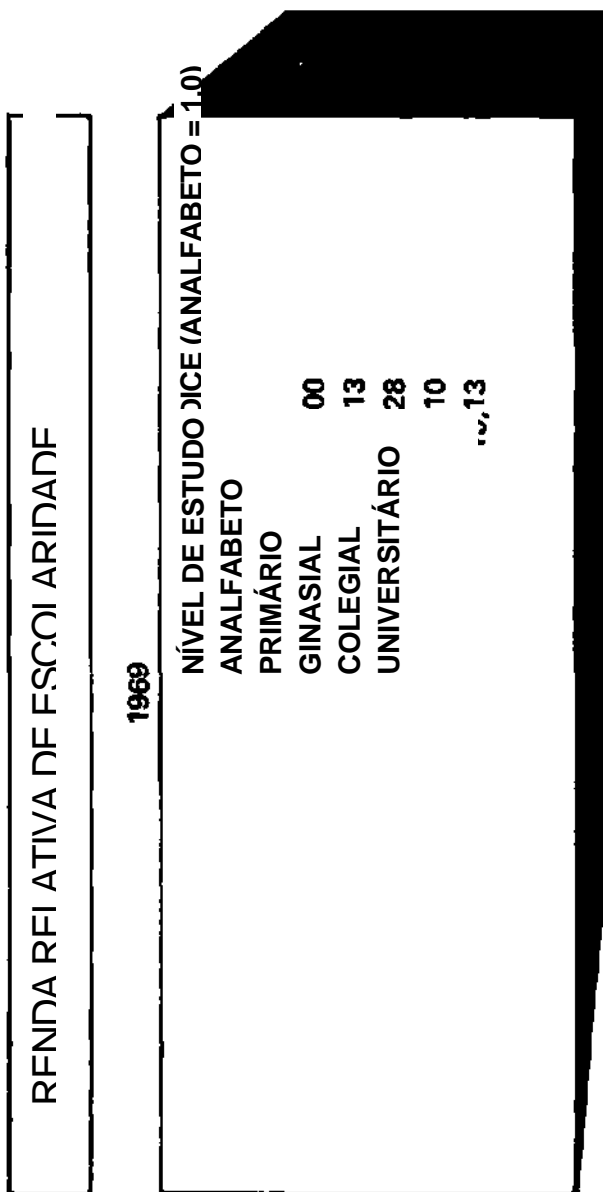
Vejam os principais pontos de atuação, que vêm sendo enfrentados pelo Ministério, em nível de ensino superior.

#### **PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Dada a importância do ensino universitário de alto nível em relação às exigências do desenvolvimento nacional, passou-se a tratar da instalação do Conselho Nacional de Pós-Graduação (o que realmente foi feito em fins do ano passado), da elaboração de um plano que fixasse as metas de preparação de mestres e doutores, a partir de 1975, bem como, ainda, da canalização de vultosos recursos para esse fim.

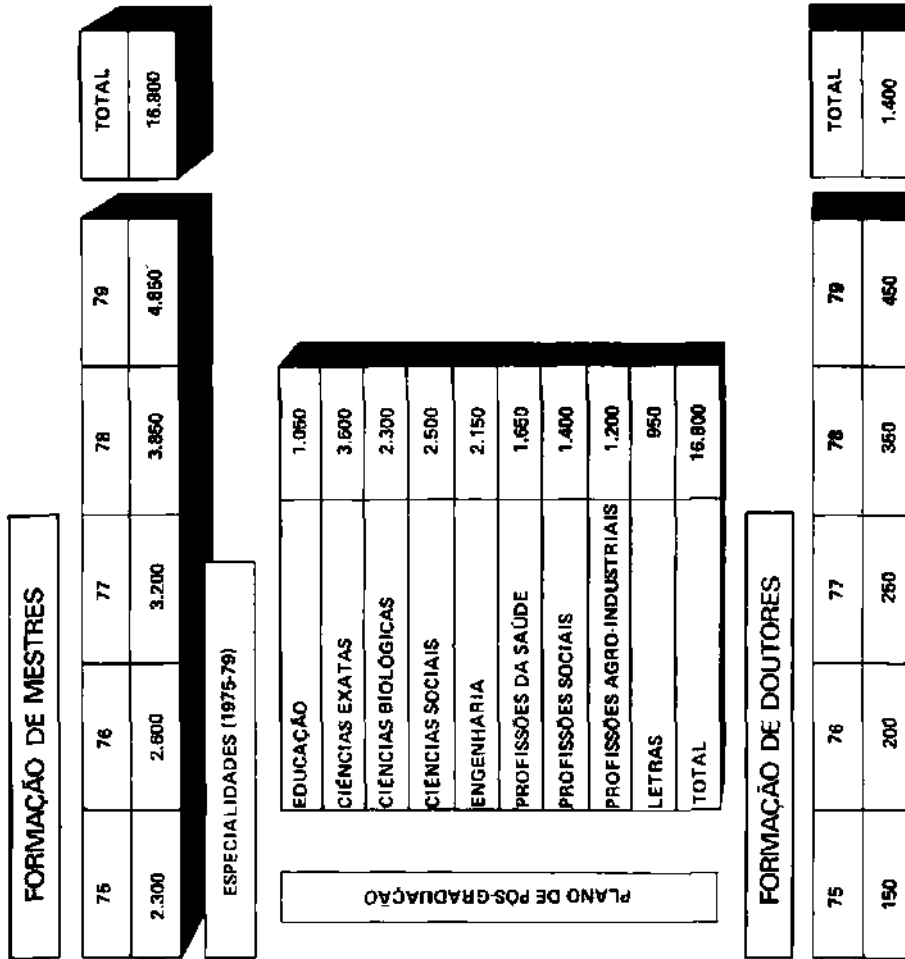
Prevê-se (fig. 3) a preparação de 16.800 mestres e 1.400 doutores, no período 1975/1979, abrangendo as áreas de Educação, Ciências Exatas, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Engenharia, Medicina, Odontologia, Farmácia, Nutrição, Administração, Direito, Comunicação, Arquitetura e Urbanismo, Agronomia, Veterinária, Tecnologia de Alimentos, Letras e Lingüística.

Esses programas (fig. 4) exigirão, para atingir os níveis de atendimento, qualidade e produtividade pretendidas, no mesmo período, a aplicação de 10 bilhões e 300



(Fig. 2)

(Fig. 3)



RECURSOS PARA PÓS-GRADUAÇÃO					
1975/1979					
TOTAL: 10.300 (BILHÕES)					
FEDERAL: 7.340					
RECURSOS FEDERAIS NO TRIÊNIO 1975/1977					
FONTE	1975	1976	1977	TOTAL 75/77	
MEC/DAU	470	520	570	1.560	
FINEP (FNDCT) E FUNTEC	300	330	370	1.000	
CNPq	140	170	200	510	
CAPES	160	200	250	610	
TOTAL	1.070	1.220	1.390	3.680	

(Fig. 4)



milhões de cruzeiros, dos quais 7,34 bilhões provenientes de recursos orçamentários e extra-orçamentários do Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura, CNPq, BNDE e FINEP. Os restantes 2,96 bilhões ficam à conta dos Governos Estaduais e Municipais, entidades diversas e agências estrangeiras.

Com este programa estará o Brasil atendendo três frentes extremamente importantes:

- a) preparação de professores para o próprio sistema universitário, condição essencial à melhoria da qualidade do ensino superior;
- b) preparação de pesquisadores para o desenvolvimento da investigação científica, fator importante para o progresso brasileiro;
- c) preparação de profissionais altamente especializados para atender necessidades empresariais.

Nesta altura do ano o programa já está em plena aplicação.

#### CURSOS DE CURTA DURAÇÃO

Procurando-se um duplo objetivo,

- a) aumentar a oferta de cursos técnicos de nível superior, atendendo o anseio por educação universitária;
- b) buscar em tempo curto a preparação de profissionais intermediários para o desenvolvimento do País, abrangendo uma vasta gama de especialidades (fig. 5),

vinha o Ministério desenvolvendo um programa de implantação de cursos de curta duração. Evidenciada a necessidade de incentivar e apressar a execução desse programa, maior volume de recursos foi-lhe destinado no II Plano Setorial de Educação e Cultura.

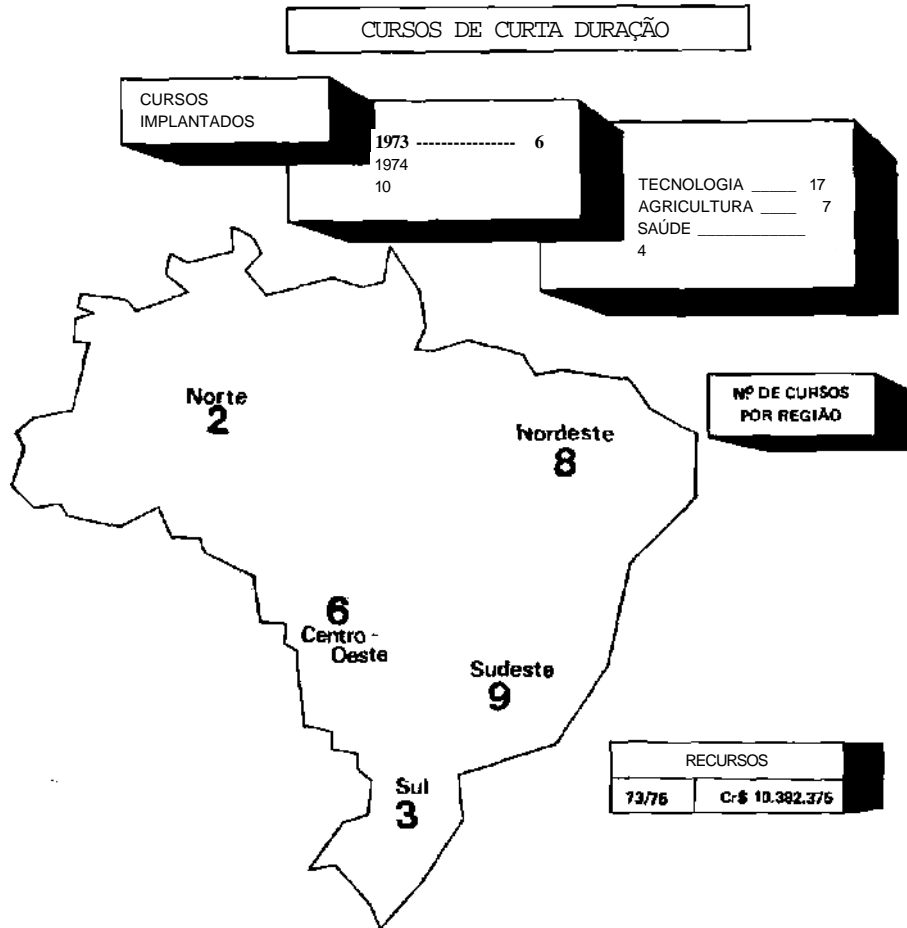
Em 1973 haviam sido implantados seis cursos. Em 1974 foram colocados outros em funcionamento, prevendo-se para 1975 a instalação de mais doze, perfazendo um total de vinte e oito cursos.

#### PROGRAMA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E MEDICINA VETERINÁRIA

O Ministério da Educação e Cultura realizou recentemente uma diagnose geral do ensino de ciências agrárias no País. Visa-se a fomentar, em articulação com o Ministério da Agricultura e com outros organismos nacionais, programas de desenvolvimento do ensino agrícola superior.

Esses programas propõem-se à melhoria da administração universitária; corrigir o desnível existente entre as várias instituições de ensino em ciências agrárias; reduzir ou eliminar a deficiência das bibliotecas; superar a carência de pessoal de apoio (laboratoristas, bibliotecários, pessoal de campo, etc), e gerar os dados neces-

(Fig. 5)



sários ao estudo detalhado da demanda, por região, de profissionais nos diversos ramos das ciências agrárias.

Através do Departamento de Assuntos Universitários, já se vinha desenvolvendo um Programa de Educação Agrícola Superior - PEAS, destinado a aperfeiçoar, melhorar e fortalecer o ensino de ciências agrárias, a nível de graduação e pós-graduação (fig. 6).

Não tendo ele, por si só, condições de promover os reflexos necessários, em toda a sua amplitude, ao desenvolvimento do ensino em ciências agrárias no País, deliberou-se ampliar o apoio aos centros de ciências agrárias. Para tanto, foi elaborado o PRODECA - Programa de Desenvolvimento do Ensino de Ciências Agrárias, em atuação conjunta com o Ministério da Agricultura e com apoio da Presidência da República, que alocou os recursos necessários à sua implantação definitiva.

#### CENTROS DE TECNOLOGIA (fig. 7)

A conveniência de ministrar os cursos de curta duração em centros especiais, destacados das instituições destinadas a cursos plenos, e ainda o programa de Ciências Agrárias levaram a uma programação geral para os centros de tecnologia, alguns em estudo, outros em instalação.

#### COMISSÕES DE ESPECIALISTAS

A necessidade imediata de elevar a qualidade do ensino através da revisão dos currículos e modernização dos cursos levou o Ministério a criar comissões de especialistas em algumas áreas-chaves do ensino superior de graduação.

Competem-lhes a análise comparativa dos cursos em funcionamento, das condições de docentes, equipamentos e instalações, bem como da efetiva aplicabilidade dos ensinamentos e sua correlação com as necessidades nacionais.

No momento temos cinco comissões em funcionamento:

- Comissão de Especialistas da Área da Engenharia;
- Comissão de Ensino Médico;
- Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo;
- Comissão de Ciências Agrárias;
- Comissão de Aperfeiçoamento do Ensino na Área da Educação.

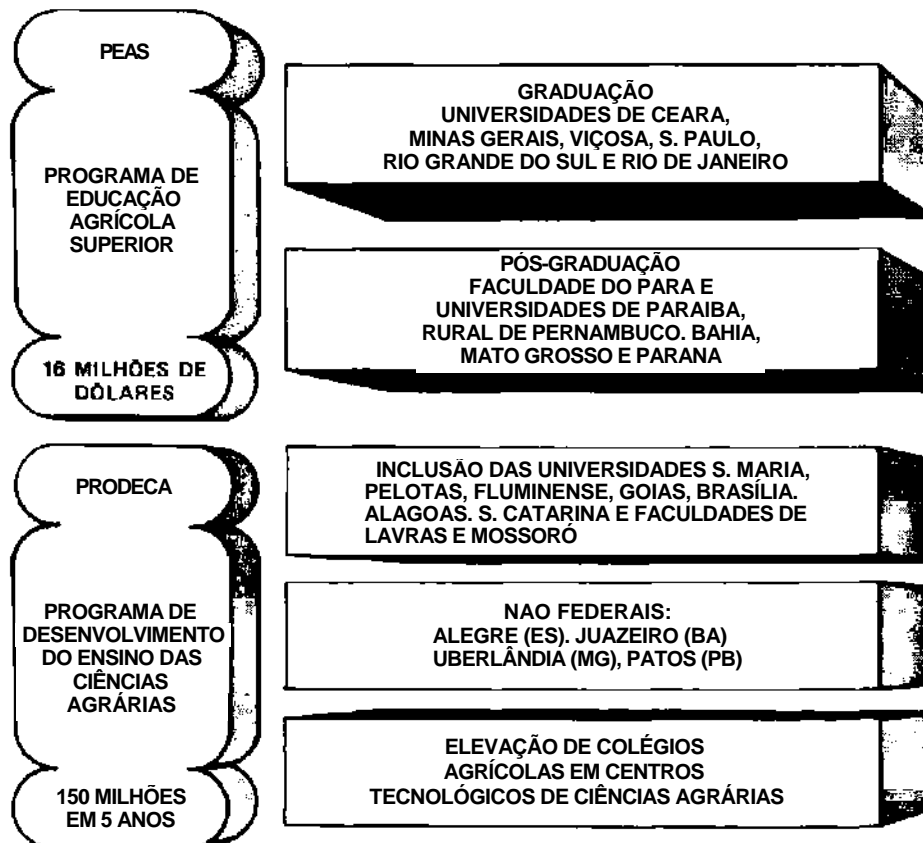
#### COORDENAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O programa do desenvolvimento brasileiro requer o efetivo funcionamento de uma atuação educacional da mais alta atualidade: a extensão universitária.

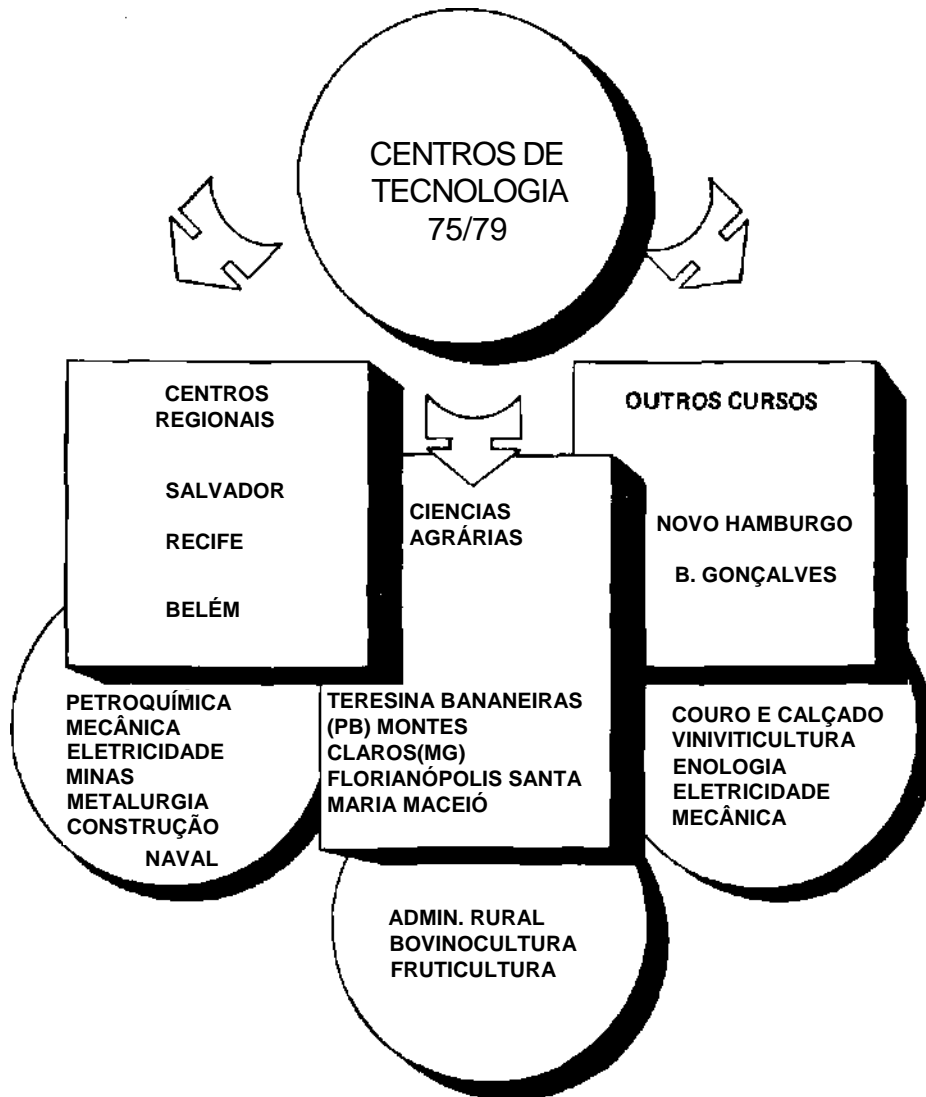
Sempre houve atividades de extensão. Sua dispersão, desentrosamento com os cursos regulares, multiplicidade de órgãos e programas desconexos estavam, porém, a reduzir sensivelmente os benefícios indiscutíveis desse trabalho. Mesmo no Minis-

(Fig. 6)

## PROGRAMA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS



(Fig. 7)



tério havia órgãos com subordinações diferentes cuidando do assunto.

Daí por que se vem de criar a Coordenação de Extensão Universitária, vinculada ao Departamento de Assuntos Universitários.

A Coordenação de Extensão Universitária abrangerá:

- a) Programas de Extensão dos "Campi" Avançados (Projeto Rondon);
- b) Programa CRUTAC (Centros Rurais Universitários de Treinamento e ação Comunitária);
- c) Intercâmbio com o MUDES;
- d) Programas com os Centros Integrados Escola/Empresas;
- e) Programação de Estágios;
- f) Programação e Acompanhamento a Cursos de Extensão;
- g) Programa de Intercâmbio Comunidade/Universidade.

Nesta fase de implantação da coordenação realiza-se completo levantamento das atividades de extensão das universidades, desenvolvem-se entendimentos com outros Ministérios para estabelecimento das linhas de ação e se efetua a consolidação de entrosamento entre os serviços absorvidos.

#### **CURSOS DE GRADUAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

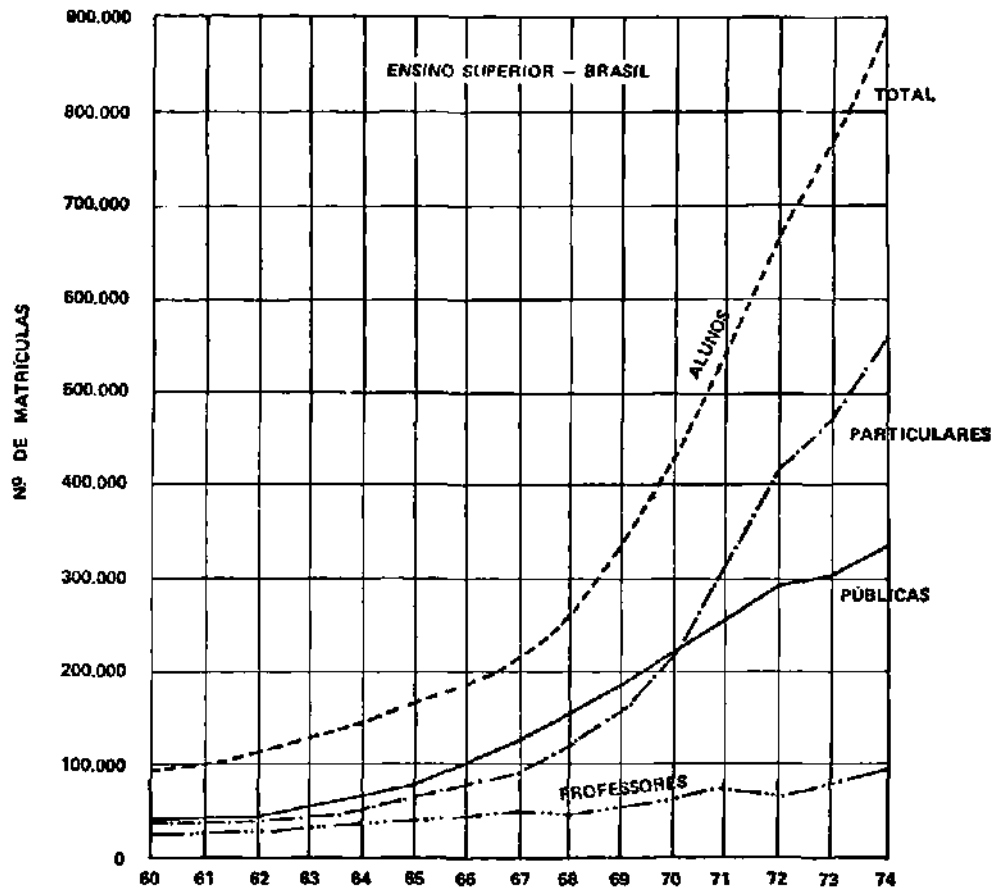
Está fora de dúvida que ocorreu uma verdadeira explosão no ensino superior, nos últimos dez anos. O gráfico (fig. 8) mostra como este crescimento foi da ordem de 700%. A matrícula total de alunos, que era de 142.000 em 1964, passa a 890.000 em 1974. O ensino superior, entre outros níveis de ensino, é portanto o que apresenta o crescimento mais acelerado e o único que intensificou substancialmente o ritmo de crescimento na segunda metade da década passada.

Ao mesmo tempo ocorreu uma expansão impressionante dos estabelecimentos isolados de ensino superior não universitários, principalmente os de natureza privada.

De fato, enquanto em 1965 a matrícula em estabelecimento isolado representava 37% do total, em 1974 essa proporção passa a 57%. A proporção, em relação ao ensino superior privado, subiu de 44 para 63% nesse mesmo período.

Chegamos a um ponto de evolução do processo educativo em que devemos nos preocupar com o aperfeiçoamento do sistema. É esta a orientação do atual Governo, desde a clara definição contida no primeiro pronunciamento do Presidente Ernesto Geisel e a elaboração, pelo Ministério, de sua Política Nacional Integrada da Educação.

(Fig. 8)



Além dos programas já referidos, é oportuno citar para este período de trabalho:

- expansão da oferta de vagas no ensino superior, cujas matrículas deverão elevar-se para 1.700.000 em 1979, com prioridade para áreas técnicas, para a formação do magistério, para as ciências da saúde e as ciências agrárias;
- desenvolvimento de novas metodologias educacionais;
- execução de um amplo programa de capacitação de recursos humanos;
- maior utilização dos regimes de tempo estendido;
- melhoria qualitativa visando o incentivo e apoio à elevação dos padrões de qualidade;
- prosseguimento e incentivo ao programa do livro-texto de ensino superior.

### **CRÉDITO EDUCATIVO**

Programa de grande importância, essencialmente vinculado ao desenvolvimento, é o da concessão de financiamento para permitir, no ensino oficial, a obtenção de recursos para a manutenção, e, no ensino privado, para o pagamento das anuidades escolares. Esse programa, com apoio da Caixa Econômica Federal, do Banco Central do Brasil e dos bancos particulares, iniciará seu atendimento já em 1976. Serão aplicados 10,8 bilhões de cruzeiros em 4 anos.

Estima-se que até 40% do alunado de cursos superiores, ou seja, 400 mil em um total de um milhão de estudantes, em 1975, sofrem de algum grau de dificuldades econômicas, que lhes permitirá recorrer ao programa. Ninguém é obrigado a fazê-lo. Os empréstimos vencerão juros baixos e a amortização se fará por um prazo equivalente ao da utilização, a partir de um ano após a formatura do aluno.

### **CONSTRUÇÃO DE "CAMPI"**

Uma das dificuldades básicas da implantação da reforma universitária é a necessidade da concentração, em um único "campus", das diversas instalações universitárias. Ora, isso implica praticamente em reconstruir todas as instalações universitárias brasileiras, a maioria delas disposta em inúmeros edifícios espalhados dentro de grandes cidades.

Com apoio em empréstimos internacionais, já se vinham obtendo recursos parciais para obras dos "campi" universitários.

Agora, através de recente mensagem do Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional, dispomos de lei que permite a alienação de todos os prédios e imóveis disponíveis das universidades, de maneira a proporcionar recursos para prosseguimento da construção dos "campi".



## HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS.

Outro aspecto importante na área de ensino superior é o relacionado com os hospitais universitários. Em um bom número de universidades os hospitais passaram a atuar como verdadeiros hospitais regionais, atendendo imensa clientela da região onde estão instalados, agravando sensivelmente as despesas que poderiam ser apenas adstritas ao ensino universitário. Com o correr do tempo, os hospitais de clínicas passaram a absorver parcelas enormes do próprio orçamento universitário, prejudicando mesmo a própria disponibilidade para o ensino médico e para outros ramos de atividade na universidade.

Diante disso, resolveu o MEC enfrentar decisivamente o problema, aparelhando os hospitais com novas estruturas jurídicas que permitem flexibilidade de atuação administrativa e fortalecendo os convênios de prestação de serviços com a previdência social e com os Governos dos Estados e prefeituras, inclusive assegurando aos hospitais rendas regulares.

## 6.

### O ENSINO DE 2º GRAU.

A introdução de características profissionalizantes no ensino de 2.º grau constitui uma das posições marcantes da nova lei de ensino.

Claramente, a legislação atual atribui ao ensino do 2º grau duas funções distintas:

- a) terminalidade, ou seja, preparação para ingresso no mercado de trabalho;
- b) continuidade, ou seja, ensino de natureza propedêutica, visando ao prosseguimento de estudos em nível universitário.

O sistema de ensino da legislação anterior, que era excessivamente propedêutico, dera lugar, como ação contrária, a uma normalização excessivamente profissionalizante, criando dificuldades com relação:

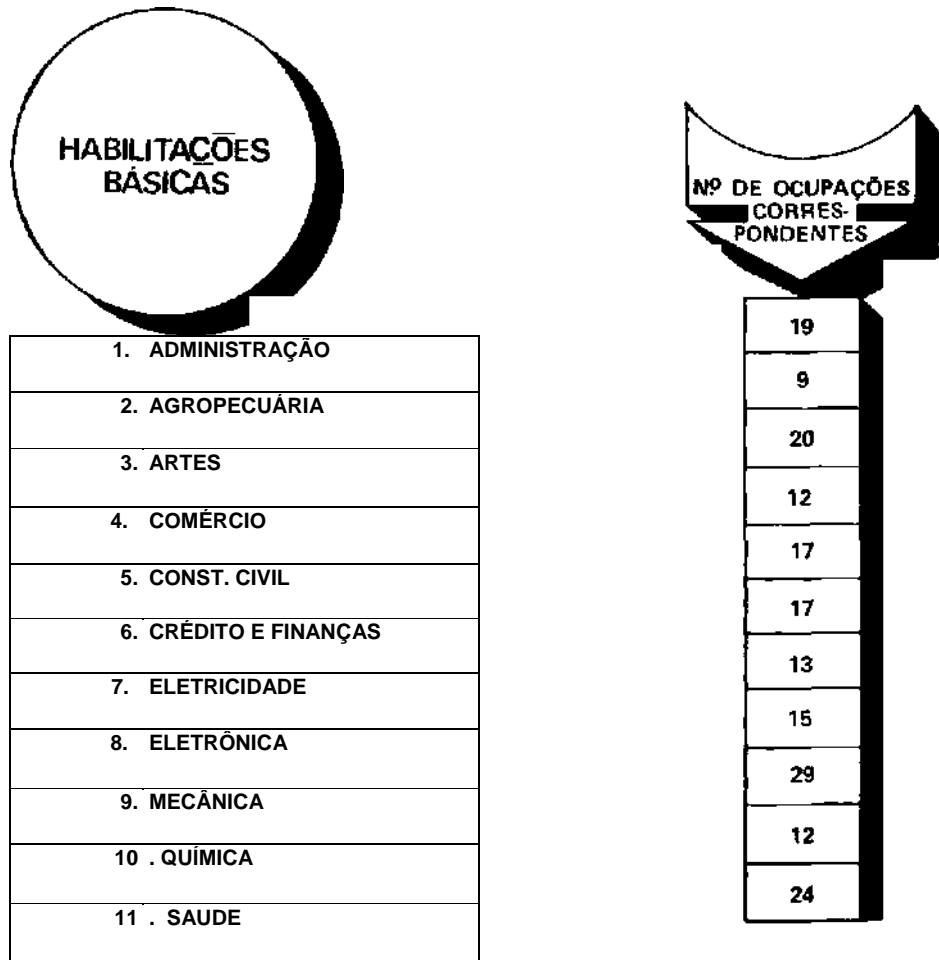
- a) à escolha de profissão específica;
- b) à minimização de formação geral;
- c) ao incentivo à simulação do ensino.

O Ministério, neste último ano, dedicou-se intensamente à procura de uma solução adequada para o problema. Em janeiro do corrente ano, tive a oportunidade de homologar o Parecer nº 76/75, do Conselho Federal de Educação, fruto de laborioso amadurecimento, onde, através da criação de um novo conceito, o das habilitações básicas, ficou adequadamente formulada a educação para o trabalho, a nível de 2º grau, sem prejuízo da profissionalização específica, quando desejada e possível, esta na forma do Parecer nº 45/72.

São onze as habilitações básicas, três das quais já detalhadas e aprovadas pelo CFE (fig. 9): Administração, Agropecuária, Artes, Comércio, Construção Civil, Créditos e Finanças, Eletricidade, Eletrônica, Mecânica, Química e Saúde.

Quanto aos aspectos gerais de ensino a nível de 2º grau, pode-se dizer que,

(Fig. 9)



apesar de ter praticamente quadruplicado a matrícula do período 1960/1970, o ensino desse nível atinge, ainda hoje, pouco mais de 10% da população da faixa etária dos 15 aos 19 anos de idade. Mais de um terço das vagas disponíveis é ocupado por jovens de 20 ou mais anos, e a rede é tipicamente urbana.

Em 1964 era de 430 mil o número de matrículas no ensino de 2º grau no Brasil. Em 1973 esse número já era, aproximadamente, 1,5 milhão. Através das medidas que vêm sendo tomadas, espera-se alcançar 2,5 milhões em 1979.

Com relação ao "acesso ao ensino superior", verificamos a conveniência de facultar às entidades que o desejassem a realização de prova de redação no concurso vestibular, o exame vocacional prévio para os ramos artísticos e a verificação das condições físicas para o curso de educação física. Outras medidas serão introduzidas, sempre que adequadas ao melhor selecionamento dos candidatos, em benefício da qualidade do ensino.

# 7.

## O ENSINO FUNDAMENTAL.

Três fatores,

- 1) a oferta crescente de vagas em todas as séries do ensino de 1º grau;
- 2) criação de condições para que haja oportunidade de todos ao acesso a esse ensino;
- 3) melhoria da qualidade do ensino de 1º grau,

constituem pontos básicos nos quais devemos colocar a atuação prioritária do País, no setor educacional.

A matrícula do ensino de 1º grau no Brasil, de 1970 a 1974, cresceu progressivamente, na forma indicada no gráfico (fig. 10).

A projeção desses dados levaria a 1979 com 25,5 milhões de alunos matriculados, desde que não se introduzissem correções sobre os alunos que estão fora da faixa etária correspondente ao 1º grau.

Se nós tomarmos apenas os alunos de 7 a 14 anos do ensino de 1º grau, teremos um crescimento provável como a seguir: 13,5 milhões em 1970 a 17,5 milhões em 1974.

Pretende-se chegar em 1979 com 23 milhões de alunos matriculados na referida faixa etária no ensino do 1º grau.

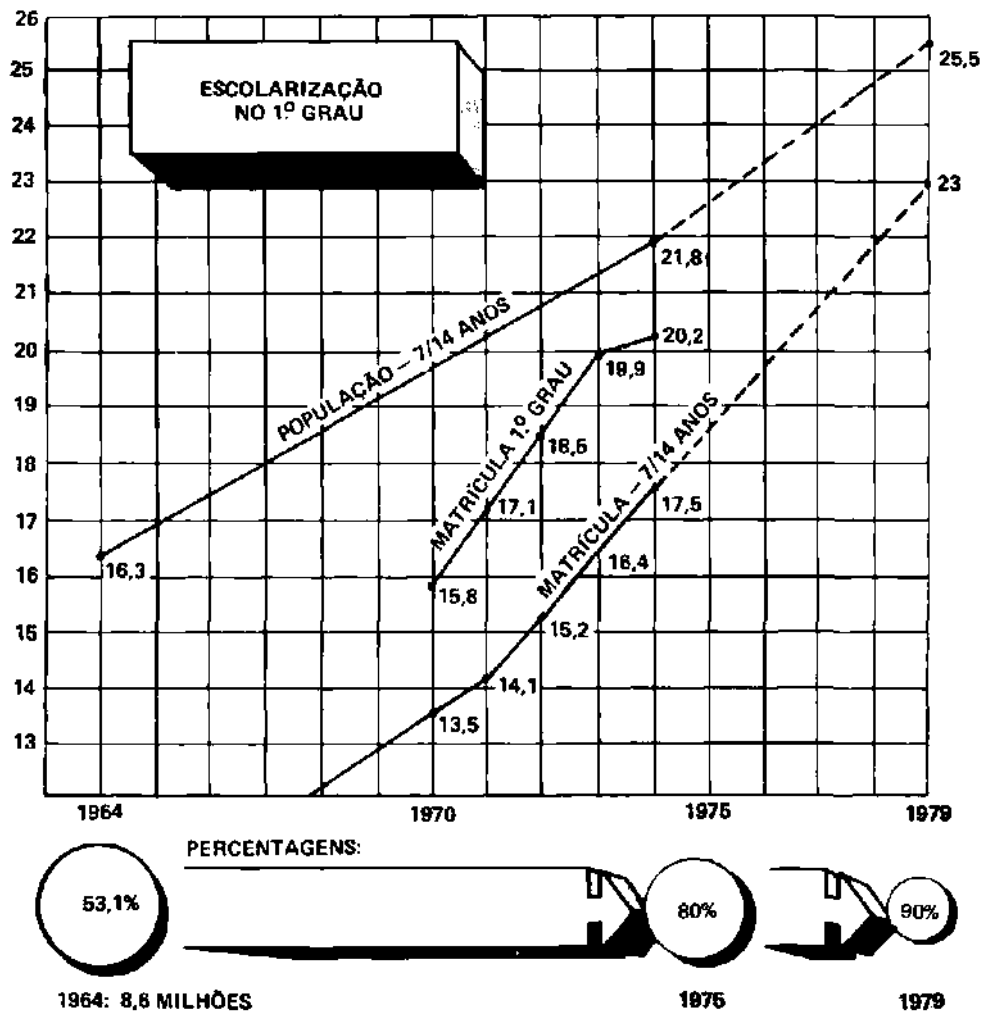
Se nós tomarmos o crescimento demográfico brasileiro e se extrairmos da população apenas a parte referente à faixa etária de 7 a 14 anos, registraremos o seguinte crescimento: em 1964, 16,3 milhões de jovens de 7 a 14 anos; 1974, 21,8 milhões de jovens. A previsão para 1979 é 25,5 milhões.

Como tínhamos 8,6 milhões de jovens dessa idade escolarizados em 1964, e temos 17,5 em 1974, resulta que, neste decênio da Revolução, o crescimento da percentagem de escolarização de 53,1%, em 1964, passou para 80% em 1974.

Prevê-se para 1979 o aumento da população escolarizada nesta faixa para 23 milhões, por conseguinte, uma melhoria da percentagem de escolaridade para 90%.

A obrigatoriedade legal de elevação de 4 para 8 anos do número de anos de

(Fig. 10)



escolaridade compulsória é uma das grandes dificuldades que enfrenta o Ministério da Educação e Cultura.

Se observarmos (fig. 11), em cada nível, o número de alunos que remanescem a partir de mil matrículas do 1º ano do 1º ciclo, verificaremos que há um grande patamar do 1º para o 2º ano do 1º grau. Para cada mil alunos que se matricularam no 1º ano do 1.º grau em 1963, só 449 chegaram no ano seguinte ao 2º ano, e 101, no oitavo ano do ensino de 1º grau. Houve, assim, uma perda de 1.000 para 101, em oito anos. Essa situação vem melhorando ultimamente (fig. 12): em 1972 já chegaram ao 2º grau 52,6% dos alunos matriculados na 1ª série no ano anterior.

O panorama de evasão escolar e de repetência tem diversas causas, dentre as quais sobressaem a deficiente qualidade de ensino em certos casos, a desnutrição e outras razões de ordem social, como, por exemplo, a necessidade de a criança integrar muito cedo a força de trabalho, principalmente nas zonas rurais. A falta de ensino pré-escolar é um fator adicional importante.

Estreitamente relacionada com essas questões de natureza quantitativa, está a da qualidade dos serviços educacionais oferecidos.

Em 1970, 60% dos alunos do ensino primário rural estavam freqüentando escolas de uma sala só, e uma única professora. Essa escassez de espaço físico, somada ao nível da qualificação do único professor disponível, faz com que nesses estabelecimentos não se ofereçam mais do que uma ou duas séries do antigo curso primário.

Dos 457 mil professores em exercício em 1970, cerca de 57% tinham formação específica para o magistério; ao mesmo tempo 24%, ou sejam, pouco mais de 100 mil professores, tinham no máximo o curso primário, dos quais cerca de 26 mil não haviam sequer concluído esse nível de educação. A maioria desse contingente estava concentrada em zonas rurais, e principalmente nas escolas de um só professor.

Procura-se obter a melhoria da qualidade de nível de ensino através de amplo programa de treinamento e capacitação de professores, que deverá atingir, no quinquênio 75/79, aproximadamente 180 mil professores. Nesse número se incluem 110 mil professores leigos a serem habilitados e ainda 12 mil administradores para curso de 1.º grau.

Vamos ver mais adiante que se concentram esforços no ensino supletivo, também em favor da preparação de professor de 1º grau.

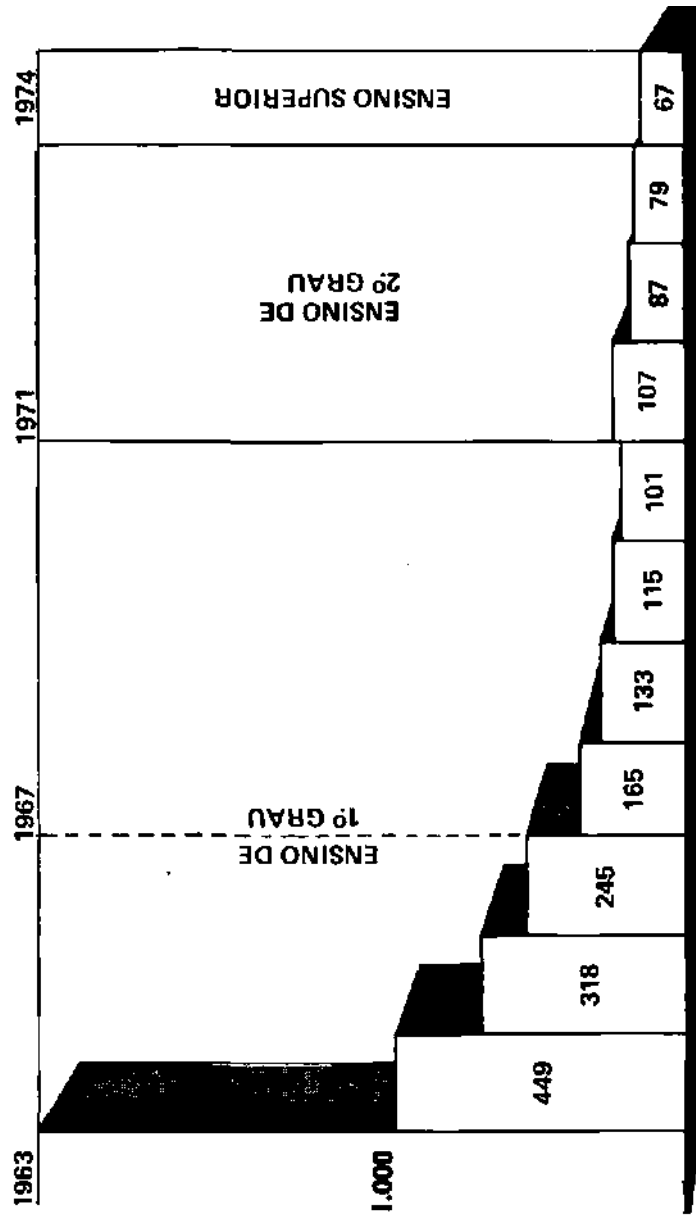
A merenda escolar é outro fator que está recebendo uma atenção permanente do Ministério.

Vêm-se reformulando as fontes de recursos para aplicação da merenda e já se determinaram estudos para o aproveitamento da soja e outros produtos que possam vir a reforçar a merenda escolar com alto teor nutricional. A reforma da Campanha Nacional da Merenda Escolar, na sua melhor integração com outros órgãos governamentais que tratam do mesmo assunto, será considerada para que haja maior eficiência em todo o sistema.

Os recursos aplicados na merenda escolar foram, nos últimos anos, com a colaboração regressiva da USAID e a crescente participação do FNDE:

Milhões de Cr\$	
1970	65,4
1971	85,9

GRÁFICO EDUCACIONAL  
BRASIL 1963-1974

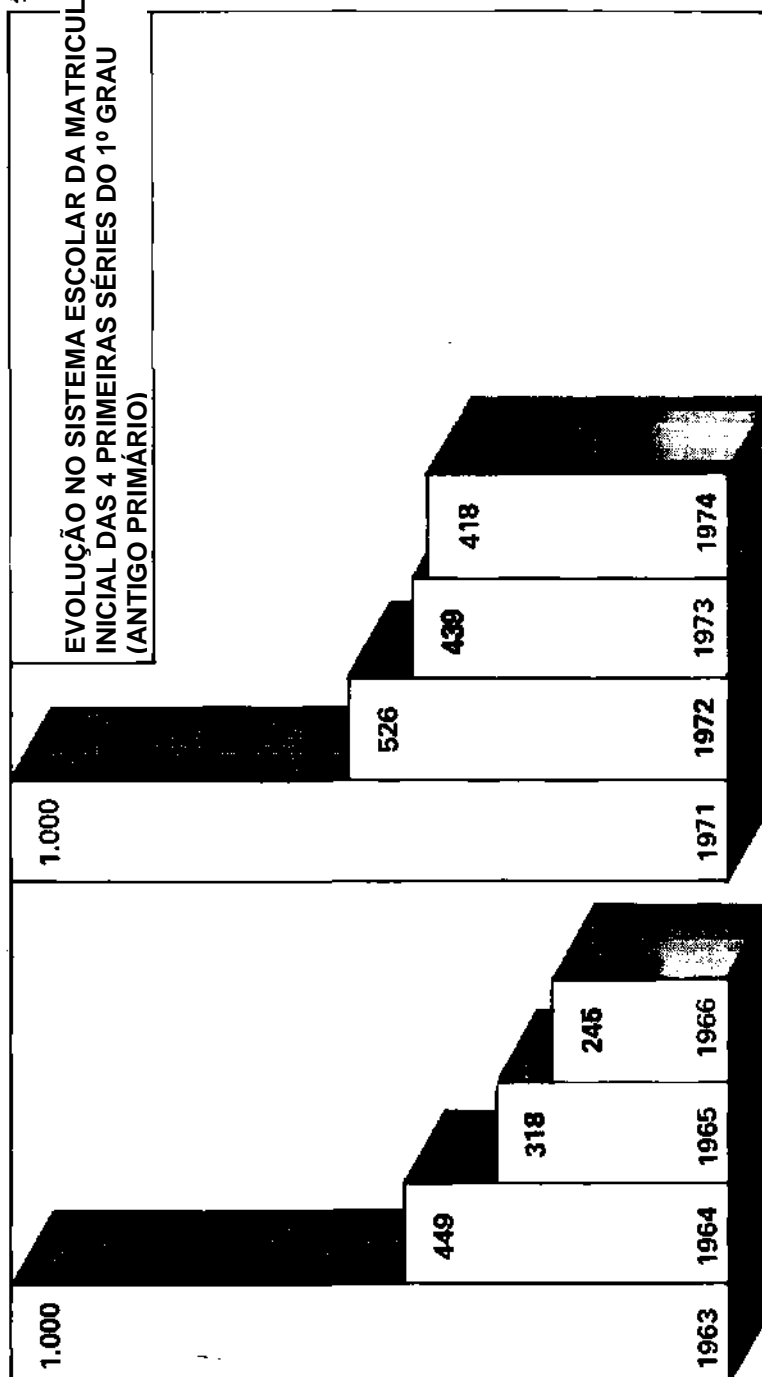


1972	.....	52,8
1973	.....	71,5
1974	.....	154,9
1975	.....	215,9

Fonte - SEEC / MEC



(Fig. 1:  
**EVOLUÇÃO NO SISTEMA ESCOLAR DA MATRICULA  
 INICIAL DAS 4 PRIMEIRAS SÉRIES DO 1º GRAU  
 (ANTIGO PRIMÁRIO)**



## 8.

### A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR.

Os atuais estudos científicos relativos ao desenvolvimento do ser humano mostram a importância dos primeiros anos de vida na formação da personalidade, sabendo-se que nos cinco primeiros anos de vida o cérebro atinge 90% do seu peso normal. Além disso, "a aprendizagem da linguagem evolui com o tempo, isto é, entre dois e cinco anos, o que condicionará toda a vida intelectual".

Os dados estatísticos disponíveis mostram que a população do Brasil em 1973 era de 102.000.000 de habitantes, com 15,07% situados na faixa de 2 a 6 anos. Destes, estima-se que apenas 3,12% são assistidos regularmente, ficando os demais, ou seja, 14.896.408 crianças, sem assistência adequada.

Este quadro de pobreza e ausência de recursos promocionais das famílias e das comunidades acaba por se refletir no ensino obrigatório de 1. grau, provocando grande parte da repetência e da evasão escolares do Brasil.

O programa de educação pré-escolar do Ministério da Educação e Cultura prevê a aplicação de 38 milhões de cruzeiros em 1976, porém o trabalho já desenvolvido em 1975 conseguiu aumentar grandemente, sem nenhum dispêndio adicional, o atendimento a crianças na faixa pré-escolar.

## 9.

### A ATUAÇÃO SUPLETIVA.

A mudança rápida da tecnologia, os anseios novos por educação, a necessidade, enfim, da renovação e ampliação da formação educativa recebida anteriormente conduzem a uma importância progressiva desempenhada, no processo educacional, pelo ensino supletivo.

Esta é uma forma também de educação permanente, de oportunidade de aprendizado, de reciclagem de conhecimento.

Diversos projetos desenvolve, hoje, o Departamento de Ensino Supletivo do Ministério, visando à qualificação profissional em várias áreas.

Ênfase especial é dada ao treinamento de professores para o ensino de 1<sup>o</sup> grau, e, nesse sentido, estando em fase adiantada a etapa inicial de experiência e aperfeiçoamento dos módulos, prevê-se a próxima implantação de cursos de aproveitamento desses professores, através da radiodifusão e da televisão.

Em 1970, 50% da mão-de-obra, em atividade no Brasil, não possuíam sequer dois anos de escolarização, sendo a grande maioria de analfabetos. Daí a razão da criação do MOBRAL.

Para o período 1975/1979, prevê-se a eliminação gradativa do analfabetismo de adolescentes e adultos, com esforço concentrado na faixa etária de 15 a 35 anos. Pelo programa do MOBRAL, no fim do período deverá ser alcançado o número de 8,8 milhões de pessoas alfabetizadas desde o início do programa,

Convencido o Ministério da Educação e Cultura, porém, de que não basta a simples alfabetização, e para evitar a regressão, de fato, ao analfabetismo, dois programas complementares vêm sendo desenvolvidos. Um é o do encaminhamento do recém-alfabetizado para um treinamento inicial de algumas modalidades de trabalho produtivo, o que é feito em convênio com programas do Ministério do Trabalho. A segunda faceta é a dos programas de educação integrada e do MOBRAL cultural, ambos colocando à disposição do recém-alfabetizado meios para que possa utilizar a nova potencialidade adquirida com a alfabetização e implementando o seu próprio acervo intelectual e cultural em níveis bastante adequados à sua própria capacidade.

O programa de educação sanitária é outro ponto importante da atuação supletiva, devendo atingir 6,7 milhões de pessoas em 5 anos, iniciando-se os trabalhos,

neste ano, com a aplicação inicial de 8 milhões de cruzeiros, através do Fundo de Apoio Social.

Ainda na ação supletiva, agora através da radiodifusão, o Ministério mantém o Programa Nacional de Telecomunicação, pelo qual são coordenadas as atividades educativas, emitidas pelo rádio e pela televisão. Compreende a preparação de recursos humanos para a área, o acompanhamento das atividades do Projeto Minerva e da atuação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, além de promoção de estímulos e coordenação de outras atividades.

## 10. CULTURA E DESPORTO.

O fortalecimento da cultura nacional é uma atuação altamente relacionada com o desenvolvimento. Pela valorização da cultura própria se fortalece a identidade nacional.

A partir de 1973, vem o Ministério da Educação e Cultura desenvolvendo fortemente, com o apoio do Ministério do Planejamento, sua atividade no setor cultural. A criação do Plano de Ação Cultural, hoje na sua segunda etapa de aplicação, vem colhendo resultados em todo o território nacional. Bibliotecas, museus, edificações de cunho histórico vêm recebendo um tratamento mais consentâneo com a sua alta significação. A Biblioteca Nacional, que se encontrava em lastimável estado de conservação, inclusive com goteiras inutilizando algumas de suas preciosas obras, está hoje em total recuperação e parte para uma reorganização interna que dará excepcional modernidade e produtividade nos seus serviços. Os museus vêm recebendo cuidados especiais e, dentro do Programa de Ação Cultural, melhorarão extraordinariamente as suas condições de atendimento ao público e passarão progressivamente a cobrar entradas e obter renda para sua própria manutenção.

O que se vem fazendo, além disso, no setor de reparação e recuperação de monumentos históricos é relevante. Só na região Nordeste do Brasil, estão sendo aplicados quatro milhões de cruzeiros para inúmeras obras de recuperação, proteção e colocação em condições adequadas de um vasto número de edifícios de grande valor histórico.

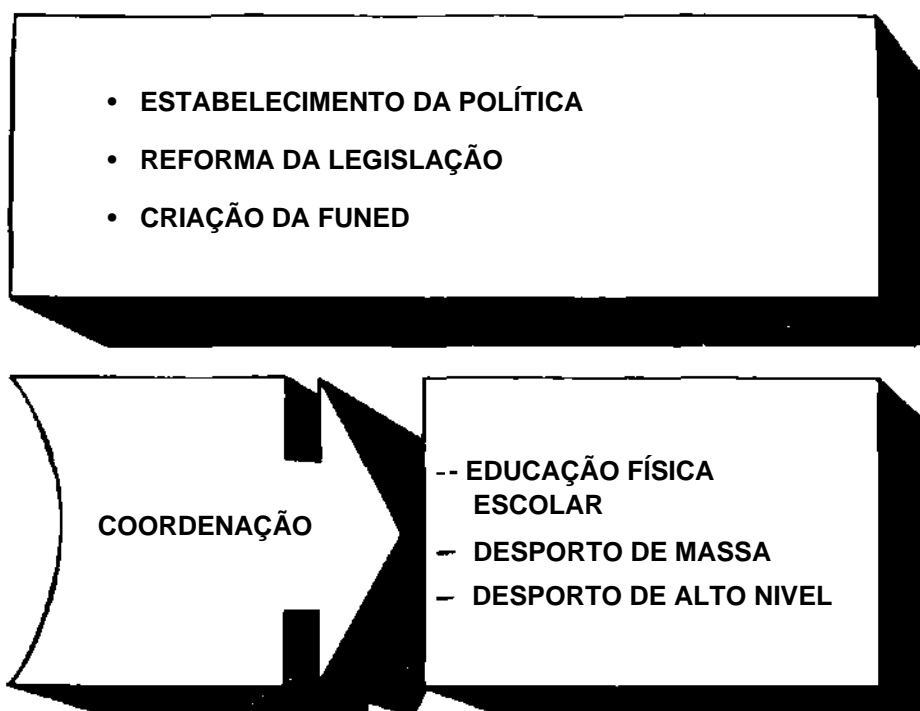
No setor de cinema, prevê-se para breve a criação de uma nova companhia que reúna as atividades do atual Instituto Nacional do Cinema e da EMBRAFILME, dando mais condições de trabalho conjunto e integrado na área.

No teatro, além do incentivo às atuações normais do Serviço Nacional de Teatro, pretende-se que as próprias universidades passem a estimular o teatro universitário.

Toda a política cultural do Ministério está voltada para a preservação da identidade nacional. A manutenção dessa identidade se realiza na preservação das mais legítimas expressões da nossa cultura.

Tudo isto se consubstanciará, de forma integrada, em um documento, em fase final de elaboração, da Política Nacional da Cultura.

## EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS



Com relação à educação física e à prática desportiva, vem de ser estabelecida uma nova política do Ministério da Educação e Cultura, e encaminhado pelo Presidente Ernesto Geisel ao Congresso Nacional anteprojeto que reformula a prática desportiva no País (fig. 13).

Prevê-se, em o novo plano, que o desenvolvimento da atividade física deve ser orientado para que seja ela utilizada como um bem acessível a cada brasileiro. Pelo somatório dos benefícios dos componentes atinge-se o benefício nacional.

O aspecto educativo e cultural pode e deve ser ressaltado na prática desportiva e no aperfeiçoamento físico individual.

O desporto deve ser considerado como uma das mais sadias formas de lazer, ligada ainda à criação do hábito da atividade física altamente favorável para todos durante toda a vida.

A coordenação governamental através do Ministério pretende intensificar-se na convergência para três áreas principais:

- a) educação física escolar;
- b) desporto de massa;
- c) desporto de alto nível.

No ano passado tivemos a criação de um fundo especial para o suporte às atividades de incentivo e desenvolvimento desse setor, o Fundo Nacional para a Educação Física e o Desporto (FUNED).

# 11

## . HUMANISMO E EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA.

É indiscutível que enfrentamos com empenho a batalha do desenvolvimento. As medidas educacionais se voltam decididamente, como vimos, para todos os setores, de modo a dar apoio a esse imperativo nacional. E por isso que as medidas se voltam para aperfeiçoar o ensino básico, aumentar a produtividade, resolver o problema da educação para o trabalho, fortalecer a pesquisa científica e tecnológica, tornar efetiva a integração escola/empresas, e assim por diante, como vimos. Sabemos porém que o desenvolvimento não é senão um meio para chegar-se à plenitude do próprio homem e ao benefício comum.

Levar o jovem, unido a todos, à prática dos grandes ideais forjados no amor ao próximo, na solidariedade humana, no respeito aos deveres e direitos da pessoa, eis a verdadeira senda educativa. Por isso a tecnologia, a preparação para o trabalho, o aumento da capacidade produtiva (tudo isso louvável) devem constituir meios para a plenitude da personalidade de cada um.

Nosso acervo histórico preparou-nos para uma civilização embebida de humanismo, e de humanismo cristão, dando-nos assim condições de contribuirmos para a melhoria do mundo conturbado de hoje, oprimido pelo materialismo, dialético ou prático, produzindo a despersonalização do homem, e toda a sorte de conflitos sociais.

Daí por que nos preocupa a educação moral e cívica da juventude de nossas escolas. No momento preparam-se documentos objetivando uma atualização da atual metodologia empregada. Pretende-se reforçar a prática educativa, notadamente nas séries iniciais do 1º grau.

A Educação Moral e Cívica será desenvolvida, além dessa prática educativa, no âmbito das demais matérias do currículo, havendo para esse fim um coordenador que oriente os professores nesse esforço, segundo um programa anual.

Nas séries mais avançadas caberá então um estudo formal dos critérios de valor, entrosando-se posteriormente os estudos com a Organização Social e Política do Brasil.

O Estudo de Problemas Brasileiros é fundamental entre as atividades de ensino superior. Prepara-se seu aperfeiçoamento, a ser coadjuvado por filmes e livros de bolso, adequados.



Completa-se assim um círculo de preocupações e providências com as quais se procura, através da educação, dar apoio efetivo ao acelerado processo brasileiro de desenvolvimento.

Tudo se soma - conhecimento intelectual, treinamento profissional e tecnológico, educação física, prática desportiva, cultivo do mais elevado nível de moral e civismo, conhecimento de nossas realidades mais peculiares -, tudo se soma, dizia, para esse grande passo do nosso progresso.

Não há que temer as crises que toldam os horizontes do mundo de hoje, como evidenciam os estudos do Clube de Roma. O homem sempre venceu as crises com inteligência e espírito indomável. E isso é particularmente válido para o Brasil, onde surgem as potencialidades mais variadas, e onde se somam os ideais de povo e governo, de jovens e menos jovens, na construção do Brasil feliz que queremos.